

EDITORIAL

Daniel Augusto Paro¹
Mariana da Costa Schorn²
Matheus Rodrigues dos Santos³
Editores

Estimadas leitoras e leitores,

Temos grande alegria em apresentar a mais nova edição da Revista Em Tese, periódico científico digital vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A Em Tese é editada e coordenada por discentes do PPGSP e publica, com periodicidade semestral, textos inéditos – artigos, ensaios, resenhas, entrevistas e traduções – de pesquisadoras e pesquisadores da pós-graduação *stricto sensu* nas áreas da Sociologia, Ciência Política e afins.

Em especial, nesta edição contamos com uma notável diversidade de conteúdo e temas abordados ao longo das diferentes seções, incluindo o espaço dedicado aos ensaios que refletem acerca da pandemia da COVID-19 e um dossiê temático sobre a influência de Max Weber no ano de centenário de publicação da obra “Economia e Sociedade”. Destacamos, ainda, a presença de autoras, autores e pareceristas de diferentes áreas do conhecimento, instituições e países na composição deste número. Assim, observamos com entusiasmo o crescimento da exogenia da Em Tese, um dos objetivos definidos pela revista.

O dossiê temático “Max Weber 100 anos depois”, organizado por Bruna Bolda (UFSC), Carlos Eduardo Sell (UFSC) e Daniel Fanta (UFMT), reúne material produzido a partir de reflexões sobre as obras de um dos autores mais influentes das Ciências Sociais, Max Weber (1864–1920). A contemporaneidade das problemáticas suscitadas por Weber,

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da UFSC. Editor associado da Revista Em Tese. E-mail: daniel_paro12@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0353-8098>.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da UFSC. Editora associada da Revista Em Tese. E-mail: marischorn@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4368-6965>.

³ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da UFSC. Editor associado da Revista Em Tese. E-mail: matheus_santosr@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5907-8932>.

bem como a natureza multifacetada de seus escritos (o que faz com que o autor seja retratado como desenvolvedor de diferentes “Sociologias” – a exemplo da Sociologia do Direito, Sociologia da Dominação, Sociologia da Religião, entre outras), são elementos imprescindíveis para se compreender não somente a sua complexidade e importância teórica, mas também o próprio desenvolvimento e consolidação do campo de conhecimento da Sociologia.

Nesse sentido, o dossiê “Max Weber 100 anos depois” é motivado por apresentar diferentes interpretações sociológicas contemporâneas advindas das teses weberianas, reforçando e propondo novos elos e possibilidades conceituais, teóricas e metodológicas entre o autor e as Ciências Sociais. Para além de “Economia e Sociedade”, sua *Magnum opus*, os trabalhos mobilizados no dossiê convidam a leitora e o leitor a reflexões sobre o pensamento e obras weberianas, sua história e influência, bem como sobre possíveis novas problemáticas suscitadas a partir das contribuições do autor, considerado como um dos fundadores da Sociologia. De maneira mais específica, especial atenção é atribuída à dimensão substantiva da sociologia compreensiva de Weber, retratando temas da ciência, política, modernidade, racionalização, intelectualismo, Estado, burocracia, poder, dominação, mercado, tipos ideais, protestantismo, erotismo, esporte, caracterologia, estratificação, classes sociais e moral.

Ademais, entre os acontecimentos que marcaram o ano de 2020, é absoluto o destaque da pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19) e seus efeitos excepcionais nas esferas social, política, econômica e sanitária do mundo todo. Desde que, em dezembro de 2019, alertou-se sobre o surgimento de um vírus na cidade de Wuhan, na China, atravessamos a mais grave crise sanitária do século, com o número de atingidos e mortos já superior aos da Gripe Espanhola de 1918. Em poucos meses, a proliferação do vírus já havia alcançado todos os continentes e alterado a lógica de funcionamento de praticamente todos os aspectos da vida cotidiana, naturalizando e popularizando um conceito que, no Brasil, ficou conhecido como o “novo normal”⁴ – referente aos novos hábitos de higiene e socialização que precisaram ser adotados durante a pandemia.

⁴ O conceito de “novo normal”, utilizado para caracterizar as medidas de distanciamento social preconizadas por especialistas como forma de evitar o contágio e, por conseguinte, o avanço do coronavírus, é observado no fechamento temporário de comércios, na alteração do horário de funcionamento de diversas instituições, na lógica do trabalho remoto (popularizado no Brasil como *home office*), nas aulas à distância, na intensa utilização de álcool em gel para a limpeza das mãos, nos cumprimentos sociais sem contato físico e nos incentivos à permanência em casa, em quarentena. Oliveira (2020), no entanto, alerta para a necessidade de pensar o “novo normal” de maneira crítica, considerando o contorno elitista e excludente que tal ideia pode representar. Segundo o autor, “Não são todos os trabalhadores, não são todos os estudantes, não são todas as mães, que encontram condições de se adequarem a esse ‘novo normal’”. Para muitos e muitas o ‘novo

O que se seguiu foi uma reorganização forçosa da vida social: o fechamento de fronteiras, de instituições de ensino, comerciais e religiosas, o acirramento de disputas políticas internas e internacionais, a criação de protocolos sanitários e o crescente número de infecções e de vítimas da COVID-19. Agora, passado pouco menos de um ano desde o primeiro caso confirmado no Brasil, presenciamos um processo gradual de afrouxamento do “novo normal” em alguns segmentos da sociedade. A maior parte das instituições de ensino superior permanecem exclusivamente de maneira remota, mas já há casos de retomada do ensino infantil, fundamental e médio de maneira presencial em alguns estados da federação, seguindo os protocolos de segurança relativos à pandemia (AGÊNCIA BRASIL, 2020). A população tem convivido com a alternância entre abertura e fechamento de fronteiras nacionais e internacionais, regras de funcionamento para instituições comerciais e religiosas que se modificam conforme varia a gravidade da pandemia em cada localidade. Todos se esforçam para se adaptar ao que parece ser um “segundo momento” da vida em quarentena.

A crise política e sanitária causada pelo novo coronavírus, no entanto, não parece cessar. O alento advindo da comprovação de eficácia de diferentes vacinas e do início da vacinação pelo globo não significou, até o momento, grandes certezas quanto ao futuro pandêmico no Brasil. O presidente da república Jair Messias Bolsonaro, juntamente com os órgãos competentes, como o Ministério da Saúde, representado pelo ministro Eduardo Pazuello, após incentivarem a utilização de medicação sem eficácia cientificamente comprovada como forma de prevenção e tratamento do coronavírus, agora travam uma batalha política visando a construção de uma narrativa que os exime da responsabilidade em ter atrasado e desincentivado publicamente as campanhas de vacinação da Coronavac – vacina desenvolvida pelo fabricante chinês Sinovac em parceria com o Instituto Butantan, já autorizada, mediante caráter emergencial, a ser aplicada em solo brasileiro pela autoridade competente, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Os desdobramentos mais recentes da crise política envolvendo a pandemia da COVID-19 e a postura do governo federal em relação ao início da vacinação em território nacional são percebidos na já anunciada dificuldade para aquisição de insumos para a produção das vacinas, bem como para a aquisição de quantidades suficientes de doses para atingir as metas da primeira fase de vacinação (que tem como alvo prioritário os profissionais da saúde, pessoas com 75 anos ou mais, idosos em instituições de longa

normal’ é apenas uma versão piorada do ‘velho normal’, marcado por aglomerações no transporte público e no acesso a um sistema de saúde colapsado” (OLIVEIRA, 2020, p. 202).

permanência e povos indígenas), após desastrosas negociações causadas por ataques e acusações públicas a países produtores e fornecedores, como é o caso da Índia e, especialmente, da China (CRUZ, 2021). Tais atitudes políticas se dão como continuidade do posicionamento adotado pelo governo brasileiro desde os primeiros casos confirmados no país: a insistência na dicotomia falaciosa entre a economia (necessidade de preservar as instituições comerciais abertas), de um lado, e a saúde (minimizando os efeitos da doença e incentivando o tratamento precoce com medicamentos ineficazes), de outro.

Diethelm e McKee (2009, p. 02, tradução dos autores) propõem que o negacionismo (*denialism*) pode ser definido como “o emprego de argumentos retóricos com vistas a conferir aparência de legitimidade ao debate quando, na verdade, não há; uma abordagem cujo objetivo máximo é a rejeição de uma proposição sobre a qual existe consenso científico”⁵. Ainda de acordo com os autores, o negacionismo é um processo que dispõe de cinco principais características: 1) a identificação de conspirações; 2) a utilização de falsos expertos; 3) a seletividade, escolhendo apenas estudos isolados que contrariem o consenso científico dominante; 4) a criação de expectativas impossíveis de serem alcançadas pela pesquisa científica; e 5) a utilização de falácias lógicas e deturpações (DIETHELM; MCKEE, 2009). Camargo Júnior e Coeli (2020) ressaltam que todas as cinco características supracitadas foram observadas nas discussões públicas envolvendo a pandemia do coronavírus.

O negacionismo defendido pelo governo de Bolsonaro, aponta Caponi (2020), se reflete na adoção de medidas políticas sem respaldo ou validação científica, como na insistência pública em medicamentos sem eficácia comprovada e com efeitos colaterais danosos, como é o caso da cloroquina; ou, ainda, como no discurso contrário às medidas de isolamento social e ao uso de máscaras, amplamente defendidos pela comunidade médica e pela Organização Mundial da Saúde (OMS). No limite, o negacionismo como estratégia política em face da pandemia, culmina na exposição das camadas sociais mais vulneráveis ao risco, uma vez que tais grupos seriam os principais afetados pela omissão institucional do Estado brasileiro na promoção de medidas de proteção social e sanitária, como prevê a sua orientação neoliberal (CAPONI, 2020).

No momento em que se escreve o presente editorial, mais de 215.000 vidas brasileiras foram perdidas pela COVID-19, com mais de 8.844.577 casos confirmados

⁵ No original: “the employment of rhetorical arguments to give the appearance of legitimate debate where there is none, an approach that has the ultimate goal of rejecting a proposition on which a scientific consensus exists” (DIETHELM; MCKEE, 2009, p. 02).

(BRASIL, 2021). Após a chegada da chamada "segunda onda de contágio", com novas mutações do vírus desencadeando situações desesperadoras nos sistemas de saúde do mundo e especialmente no Brasil (como o caso de Manaus que, em janeiro de 2021, enfrentou um aumento significativo no número de contágios e, por conseguinte, teve seu sistema de saúde sobrecarregado, chegando a escassez de oxigênio nas unidades de saúde do município), tenta-se novamente a conscientização e a defesa do distanciamento social, das medidas de isolamento e o fechamento de instituições que aos poucos flexibilizam suas retomadas e reaberturas.

Mesmo com a nebulosidade a respeito da incipiente campanha de vacinação no país e o crescente número de contaminados e mortos pela COVID-19, o aval assinado pela Anvisa no dia 17 de janeiro, permitindo o uso emergencial da vacina Coronavac, criou um clima favorável ao relaxamento nos cuidados relacionados à pandemia na população, já desgastada com o longo período de medo, incerteza e isolamento. Deste modo, para além do afrouxamento das condições estabelecidas pelo "novo normal", é necessário reafirmar a conscientização de que a pandemia da COVID-19 ainda é uma ameaça real à saúde coletiva. Não apenas à saúde física, que pode vir a ser gravemente debilitada caso haja o contágio, mas também à saúde mental de todas e todos que tiveram sua vida, bem como a vida de seus familiares e pessoas próximas, afetada pelo vírus.

Para profissionais e estudantes envolvidos com a produção e divulgação da ciência no Brasil, os desafios no enfrentamento à pandemia foram ainda mais intensos. Além de precisarem lidar com as dificuldades sociais e psicológicas das medidas de isolamento e com a tensão constante sobre a condição de saúde de si e de seus próximos, foram também pressionados a demonstrar resiliência na continuação da produção e divulgação do conhecimento científico – ou seja, no cumprimento de suas atribuições profissionais – enquanto foram alvos constantes de um governo federal que, para além de sua postura negacionista frente à ciência (mantida até o momento presente), perpetuou seu discurso de ataques à educação universitária pública. Ressalta-se, também, a continuidade na diminuição de investimentos em pesquisa (na ciência e nas universidades em geral) desde 2016, fator que gera constante preocupação e dificulta a formação profissional acadêmica e a continuidade de pesquisas dos mais diversos temas – entre eles, os próprios estudos dedicados à análise da COVID-19, a partir de diferentes perspectivas e campos do conhecimento (WESTIN, 2020).

Uma consequência direta das ações acima apresentadas é o enfraquecimento do corpo acadêmico brasileiro, percebido desde o fenômeno da "fuga de cérebros" (quando há

uma emigração em massa de capital humano qualificado, por diferentes razões, entre elas a de falta de oportunidade e reconhecimento doméstico), passando também pela simples desistência da carreira em busca de maior vantagem financeira em outro setor. Para além dos impactos nas universidades públicas brasileiras – berço da produção de mais de 95% de todo o conhecimento científico desenvolvido no país (MOURA, 2019), a diminuição do investimento público em educação fortalece as desigualdades sociais e aprofunda a discrepância de renda na sociedade, como exposto por estudo divulgado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação (G1, 2020).

Nesse momento, precisamos constantemente nos reafirmar enquanto estudantes, pesquisadoras, professoras, professores e cientistas; reafirmar a nós mesmos que nossa função, apesar de desestimulada e desvalorizada institucionalmente, faz-se ainda mais necessária quando se almeja a superação da crise causada pela COVID-19. Afastar do debate as teorias conspiratórias, as dicotomias infundadas, o oportunismo de falsos *experts* e as falácias que promovem a desinformação são passos necessários para que se possa trazer ao centro da discussão o conhecimento que é produzido dentro dos parâmetros estabelecidos pela ciência, baseado em fatos e pesquisas. Nesse sentido, é fundamental o estímulo à produção e à difusão de estudos das ciências biológicas (como a medicina), assim como é imprescindível que a mesma importância seja dada às ciências sociais e suas incontáveis contribuições na percepção e impacto da pandemia nas sociedades.

Portanto, o caminho mais profícuo na busca por diálogo, reflexão e entendimento sobre os impactos e consequências da pandemia na sociedade se dá na divulgação do conhecimento científico social e político, gratuito e de qualidade, objetivos base da revista *Em Tese*. São esses princípios que nos motivaram a continuar com a “Seção Especial COVID-19”, inaugurada na edição anterior da revista. Nela, são apresentados ensaios que analisam a pandemia da COVID-19 sob diferentes óticas e facetas, incluindo suas relações com as questões econômicas, sanitárias, educacionais, antropológicas, políticas, de gênero, raça, classe social e outros.

A seção inicial desta edição, reservada para a discussão sobre a pandemia da COVID-19, se inicia com o trabalho de Max Alan Kampa e Erick Renan Kampa intitulado “Levante das empenas: lampejos em tempos de pandemia”. Em seguida, Simão Catarina de Lima Pinto traz reflexões sobre o consumismo em tempos de pandemia em “Nem o cuidado de si, nem o cuidado do outro: o consumismo na pandemia”, enquanto Araújo Pinho observa as teorias sociais em “Ano em que a Terra parou: o coronavírus e os novos caminhos da Teoria Social”. A seção é encerrada com a tradução do texto de Rita Laura

Segato, realizada por Loren Marie Vituri Berbert e Renato Bradbury de Oliveira em “Somos todos mortais: o coronavírus e a natureza aberta da história”.

O dossiê temático “Max Weber 100 anos depois” possui as contribuições de Daniel Soares Rumbelsperger Rodrigues em “Desencantamento do mundo e objetividade científica em Max Weber”, de Veridiana Domingos Cordeiro e Hugo Neri em “Intelectualismo em Max Weber: o processo de intelectualização como um caminho para compreensão do desenvolvimento histórico do conhecimento”, Lucas Cid Gigante em “A sociologia política de Max Weber na interpretação do nazismo”, André Marega Pinhel em “A fundamentação da burocracia nos escritos políticos weberianos e sua validade para investigação da descentralização burocrática no período pós-autoritário brasileiro” e Mariana Dutra de Oliveira Garcia em “A esfera intelectual em Max Weber e sua formação no Brasil”.

Em sequência, ainda no dossiê temático, são apresentadas as traduções realizadas por Carlos Eduardo Sell do texto de Mario Rainer Lepsius em “Especificidade e potencial do paradigma weberiano” e por Bruna dos Santos Bolsa e Márcia Inês Schaefer do texto de Thomas Schwinn em “As teorias da ação e dos sistemas podem ser associadas? Pressupostos da teoria dos sistemas de Parsons e Luhmann e da teoria da ação de Weber”.

Segue-se com textos “Notas sobre o conceito de afinidades eletivas e sua articulação com processo de racionalização na obra de Max Weber” de Sandra Aparecida Riscal, “Existe uma caracterologia weberiana? aspectos culturais” de Matheus Capovilla Romanetto, “O desencantamento da política em Max Weber” de Marcus Corrêa Rodrigues e Reginaldo Teixeira Perez, “Possíveis contribuições de Max Weber para uma sociologia do esporte” de Narayana Astra Van Amstel e Wanderley Marchi Júnior, “Comunidade e poder na sociologia da ação de Max Weber, 1910-1913” de Michel Mustafa, “Estratificação e classe social sob a ótica weberiana - um breve ensaio” de Tomás Rigoletto Pernías, “A burocracia na sociologia da dominação de Max Weber” de Fernando Henrique Protetti, “Weber e o conceito de mercado: contribuições para uma interpretação da atualidade” de Rodrigo Foresta Wolffenbuttel e “A construção dos tipos ideais weberianos na compreensão do protestantismo brasileiro” de Thiago Rodrigo da Silva.

Os trabalhos que fecham o dossiê de Max Weber são “Otto Gross, Max Weber e a erótica livre: salvação intramundana ou revolução sexual?” de Caio César Pedron, “Max Weber como sociólogo da moral: possibilidades analíticas da sociologia compreensiva” de Carlos Augusto Silva Fabris, “O lugar de Weber na sociologia da reprodução de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron” de Atilio Vicente e, por fim, a entrevista “Max Weber no século XXI: entrevista com Stephen Kalberg” de Bruna dos Santos Bolda, Marieli

Machiavelli e Suellen Próspero. A edição é encerrada com a resenha “O golpe de 2016, a resistência à democracia e os papéis da esquerda no Brasil”, de Marcos Abraão e Fernandes Ribeiro.

Por fim, a despeito das dificuldades estruturais impostas pela pandemia da COVID-19 e dos ataques à produção de conhecimento científico no Brasil, encaramos com positividade o fato de a Em Tese ter se mantido ativa e propositiva em seu trabalho de editoração e publicação científica. Também, ressaltamos e agradecemos o trabalho contínuo desenvolvido pelas editoras e editores da revista que, de maneira voluntária e remota, atuam comprometidas com a manutenção da qualidade editorial e contribuem para a expansão e exogenia da Em Tese.

Especial agradecimento também é direcionado às autoras e autores que confiaram seu trabalho em nosso fluxo editorial e às professoras e professores que reservaram algum tempo para contribuir na elaboração de pareceres científicos, tornando possível a publicação desta edição. A lista abaixo apresenta as avaliadoras e avaliadores que elaboraram parecer de manuscritos para esta edição da Revista Em Tese.

A todas e todos, desejamos uma boa leitura!

Adan Christian Freitas

Adriane Nopes

Agnes Cruz de Souza

Aldo Antônio Azevedo

Andreza Martins

Antonia Celene Miguel

Caio César Pedron

Camila Ferreira da Silva

Daniel Vasconcelos Campos

Dominique Santos

Eduardo Lopes Cabral Maia

Elizabeth Farias da Silva

Esser Jorge Silva

Evandro Oliveira

Giulle Vieira da Mata

Guilherme Costa Garcia Tommaselli
Lisandro Rodrigues Braga
Lucas Trindade da Silva
Luiz Gustavo da Cunha de Souza
Marcio José Rosa de Carvalho
Monalisa Lima Torres
Pablo Emanuel Romero Almada
Patrícia Daré
Rafael da Cunha Lara
Ricardo João Sonoda Nunes
Roberta Kelly Soromenho Nicolete
Roger Laureano
Rodolfo Palazzo Dias
Rodolfo Scotelaro Porto Darrieux
Sidnei de Vares
Tiago Mathyas Ferrador
Vanessa Alexandre de Souza
Vania Tanira Biavatti
Vinícius Limaverde Forte
Walkiria Oliveira Silva

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Covid: saiba como está a retomada de eventos e aulas presenciais pelo país. **UOL Notícias**, 2020 [online]. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-brasil/2020/10/27/covid-19-estados-retomam-eventos-culturais-e-aulas-presenciais.html>. Acesso em: 04 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel Coronavírus**. 2021. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

CAMARGO JÚNIOR, Kenneth Rochel de; COELI, Claudia Medina. A difícil tarefa de informar em meio a uma pandemia. **PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 1-5, 2020.

CAPONI, Sandra. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. **Estud. av.**, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 209-224, 2020.

CRUZ, Valdo. Ataques de Ernesto Araújo à China podem afetar envio de insumo para produção de vacina no Brasil. **G1 Globo**, 2021 [online]. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/valdo-cruz/post/2021/01/19/ataques-de-ernesto-araujo-a-china-podem-afetar-vinda-de-insumo-para-producao-de-vacina-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 23 jan. 2021.

DIETHELM, Pascal; MCKEE, Martin. Denialism: what is it and how should scientists respond? **The European Journal of Public Health**, v. 19, n. 1, p. 2-4, 2009.

G1. Investimento público na educação ajudou a distribuir renda no Brasil, afirma levantamento. **G1 Globo**, 2020 [online]. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/10/19/investimento-publico-na-educacao-ajudou-a-distribuir-renda-no-brasil-afirma-levantamento.ghtml>. Acesso em: 04 dez. 2020.

MOURA, Mariluce. Universidades públicas respondem por mais de 95% da produção científica do Brasil. **Academia Brasileira de Ciências**, 2019 [online]. Disponível em: <http://www.abc.org.br/2019/04/15/universidades-publicas-respondem-por-mais-de-95-da-producao-cientifica-do-brasil/>. Acesso em: 05 dez. 2020.

OLIVEIRA, Amurabi. A Quarentena é Branca: classe, raça, gênero e colonialidade. **REALIS**, v. 10, n. 01, p. 193-203, 2020.

WESTIN, Ricardo. Corte de verbas da ciência prejudica reação à pandemia e desenvolvimento do país. **BRASIL, Senado Federal**, 2020 [online]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/09/corte-de-verbas-da-ciencia-prejudica-reacao-a-pandemia-e-desenvolvimento-do-pais>. Acesso em: 04 dez. 2020.